

•ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS•AGRONEGÓCIO E AGROTÓNICOS•ÁGUA•AIDS•AMAZÔNIA•AMÉRICA LATINA•ANISTIA•ANTIGÊNERO•ANTI-INTELECTUALISMO•ANTROPOCENO•ANVISA•ARTES AUDIOVISUAIS•ATIVISMOS (ATAQUES AOS)•AUSTERIDADE•BOLSONARISMO•BOLSONARO•BRUNO LATOUR•CASO AGAM BEN•CHINA•CINEMA•CLÍNICA MÉDICA•COMITÊ CIENTÍFICO DA COVID-19 (NORDESTE)•COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA•CONSPIRITUALIDADE•CONSTITUCIONALISMO (ANTI)•CULTURA•DESAPARECIMENTO•DESIGN INTELIGENTE•DESIGUALDADE•DESIGUALDADE E INTERSECCIONALIDADE•DESINFORMAÇÃO•DESREGULAMENTAÇÃO DAS ARMAS DE FOGO•DITADURA•DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA•DROGAS•ECONOMIA•ESCOLA SEM PARTIDO•EXPLORAÇÃO SEXUAL E PROSTITUIÇÃO•FACT-CHECKING•FAKE NEWS•FALSEABILIDADE•FASCISMO•FIOCRUZ•FUNDAMENTALISMOS•GENOCÍDIO•GLOBALISMO•GRIPE ESPANHOLA•GUERRAS CULTURAIS•GUERRAS DA CIÊNCIA•IBGE•IMPrensa NEGACIONISTA•INTERNET•LAWFARE•MASCULINIDADE•MEDICINA BASEADA EM EVIDÊNCIAS•MERITOCRACIA•MÍDIA•MILÍCIAS•MÚSICA POPULAR BRASILEIRA•NEGROPOLÍTICA•NEGACIONISMO•NEGACIONISMO CIENTÍFICO•NEGACIONISMO CLIMÁTICO•NEGACIONISMO DEPENDENTE•NEGACIONISMO ESTATÍSTICO•NEGACIONISMO ESTRUTURAL•NEGACIONISMO HISTÓRICO•NEOLIBERALISMO•NILISMO•OLAU DE CARVALHO•ORESQUES, NAOMI•PANDEMIA DA COVID-19•PANDEMIA NO BRASIL (GESTÃO DA)•PÂNICO MORAI S•PARTICIPAÇÃO SOCIAL•PAULO FREIRE•PENSAMENTO CONSERVADOR•POLÍTICA•POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA•POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS•POPULISMO CIENTÍFICO•POPULISMO DIGITAL•POPULISMO SANITÁRIO•PÓS-VERDADE•PSEUDOCIÊNCIA•QUEER•QUESTÃO INDÍGENA•RACISMO ESTRUTURAL•RACISMO REVERSO•REACTIONARISMO•REDE BRASILEIRA DE MULHERES CIENTISTAS•RELATIVISMO•RELIGIÃO•RESSENTIMENTO•REVISIONISMOS E CRIMES CONTRA A HISTÓRIA•REVOLTA DA VACINA•SBPC•SINDEMIA•SLEEPING GIANTS•SUS•TECNOLOGIA•TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO•TERRAPLANISMO•TORTURA•TRATAMENTO PRECOCE•TWITTER•UNIVERSIDADE•VACINAÇÃO•VIOLAÇÕES DE ESTADO•WHATSAPP•YOUTUBE•ZIKA

ORGANIZADORES JOSÉ SZWAKO  
JOSÉ LUIZ RATTON

# DICIONÁRIO DOS NEGACIONISMOS NO BRASIL

CePe  
EDITORA

© 2022 José Szwako e José Luiz Ratton (Organizadores)

Direitos reservados à  
Companhia Editora de Pernambuco – Cepe  
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro  
CEP 50100-140 – Recife – PE  
Fone: (81) 3183-2700

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Dicionário dos negacionismos no Brasil /  
[organização José Szwako, José Luiz Ratton]. --  
Recife : Cepe, 2022.

ISBN 978-85-7858-935-6

1. Ciências sociais 2. Ensaio brasileiro –  
Coletâneas 3. Ensaio – História e crítica  
4. Negacionismo I. Szwako, José. II. Ratton, José  
Luiz.

22-105866

CDD-080

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Ensaio : Coletâneas : Literatura 080

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

Impresso no Brasil 2022  
Foi feito o depósito legal

## SUMÁRIO

Apresentação		7
Introdução		9
<b>Academia Brasileira de Ciências (ABC)</b>	Dominichi Miranda de Sá	15
<b>Agronegócio e agrotóxicos</b>	Juliana G. de Moraes	17
<b>Água</b>	Eliana Mattos Lacerda	21
<b>Aids</b>	Gustavo Gomes da Costa	24
<b>Amazônia</b>	David M. Lapola	27
<b>América Latina</b>	Michelle Fernandez	30
<b>Anistia</b>	Cristina Buarque de Holanda/Matheus Vitorino Machado	33
<b>Antigênero</b>	Lucas Bulgarelli/Heloisa Buarque de Almeida	36
<b>Anti-intelectualismo</b>	José Szwako	39
<b>Antropoceno</b>	Lorena Cândido Fleury	42
<b>Anvisa</b>	Ana Claudia Farranha	44
<b>Artes audiovisuais</b>	Julio Cavani/José Luiz Ratton	46
<b>Ativismos (Ataques aos)</b>	Carla Bezerra/José Szwako	49
<b>Austeridade</b>	Gustavo Onto	51
<b>Bolsonarismo</b>	Camila Rocha/Esther Solano/Jonas Medeiros	55
<b>Bolsonaro, J. M.</b>	Marcos Nobre	57
<b>Bruno Latour</b>	Luiz Augusto Campos	60
<b>Caso Agamben</b>	Raphael Nascimento	64
<b>China</b>	Marco Cepik	67
<b>Cinema</b>	Helvécio Ratton	70
<b>Clinica Médica</b>	Artur Perrusi	73
<b>Comitê Científico da Covid-19 – Nordeste</b>	Sérgio Rezende	77
<b>Comunicação pública da ciência</b>	Diogo Lopes de Oliveira	80
<b>Conspiralidade</b>	Letícia Cesarino	82
<b>Constitucionalismo (Anti)</b>	Marjorie Marona/Fabio Kerche	86
<b>Cultura</b>	Edson Farias	89
<b>Desaparecimento</b>	Sabrina Villenave	94
<b>Design inteligente</b>	Cristiano Roberto Hentges	97
<b>Desigualdade</b>	Bruno Costa	99
<b>Desigualdade e interseccionalidade</b>	Rogério de Souza Medeiros	103
<b>Desinformação (Combate à)</b>	Dayane Machado/Leda Gitahy	107
<b>Desregulamentação das armas de fogo</b>	Carolina Cristoph Grillo	110
<b>Ditadura</b>	Caroline Silveira Bauer	113
<b>Divulgação científica</b>	Luisa Massarani	115
<b>Drogas</b>	Frederico Pollicarpo	118
<b>Economia</b>	Vinicius Torres Freire	121
<b>Escola Sem Partido</b>	Marcos Paulo L. Resende/Claudia Feres	124
<b>Exploração sexual e prostituição</b>	Adriana Piscitelli	126
<b>Fact-checking</b>	Afonso de Albuquerque	131

<b>Fake news</b>	Rafael Cardoso Sampaio	133
<b>Falseabilidade</b>	Renan Springer de Freitas	137
<b>Fascismo</b>	Jorge Chaloub	140
<b>Flocruz</b>	Gilberto Hochman	143
<b>Fundamentalismos</b>	Magali do Nascimento Cunha	146
<b>Genocídio</b>	Paulo César Ramos	150
<b>Globalismo</b>	José Szwako/Carlos R. S. Milani	153
<b>Gripe espanhola</b>	Lilla Moritz Schwarcz	155
<b>Guerras culturais</b>	Gabriel Peters	158
<b>Guerras da ciência</b>	Marko Monteiro	161
<b>IBGE</b>	Alexandre de Paiva Rio Camargo	165
<b>Imprensa negacionista</b>	Daniela Pinheiro	168
<b>Internet</b>	Carolina Parreiras	171
<b>Lawfare</b>	Alexandre da Maia	174
<b>Masculinidade</b>	Aline Passos/Ana Letícia de Fiori/Ana Paula Portella	177
<b>Medicina baseada em evidências</b>	Marcos Pedrosa/Michelle Fernandez	179
<b>Meritocracia</b>	Beatriz Lacerda Ratton/José Luiz Ratton	182
<b>Mídia</b>	Camila Mont'Alverne	184
<b>Milícias</b>	Luiz Eduardo Soares	186
<b>Música Popular Brasileira</b>	Débora Nascimento	190
<b>Necropolítica</b>	André Duarte	195
<b>Negacionismo</b>	José Luiz Ratton	197
<b>Negacionismo científico</b>	Simone Petraglia Kropf	200
<b>Negacionismo climático</b>	Carlos R. S. Milani	205
<b>Negacionismo dependente</b>	Jean Daudelin/Maria Celina D'Araujo	207
<b>Negacionismo estatístico</b>	Alexandre de Paiva Rio Camargo	210
<b>Negacionismo estrutural</b>	Christian Edward C. Lynch/Paulo Henrique P. Cassimiro	214
<b>Negacionismo histórico</b>	Marcos Napolitano	216
<b>Neoliberalismo</b>	Tatiana Roque	220
<b>Nilismo</b>	Renan Springer de Freitas	223
<b>Olavo de Carvalho</b>	Georg Wink	227
<b>Oreskes, Naomi</b>	José Szwako/Luiz A. Campos	230
<b>Pandemia da covid-19</b>	Rômulo Paes-Sousa	233
<b>Pandemia no Brasil (Gestão da)</b>	Karina Calife/Ethel Leonor Maciel	236
<b>Pânicos morais</b>	Gustavo Gomes da Costa	239
<b>Participação social</b>	Adrian Gurza Lavalle/Carla de Paiva Bezerra	242
<b>Paulo Freire</b>	Janayna Cavalcante Lima	245
<b>Pensamento conservador</b>	Diogo Cunha	248
<b>Política</b>	Bruno P. W. Reis	251
<b>Política de Ciência e Tecnologia</b>	Rafael Dias	256
<b>Políticas públicas baseadas em evidências</b>	Janine Mello/Natália Massaco Koga/Pedro Palotti	259
<b>Populismo científico</b>	Thalane Oliveira	261

<b>Populismo digital</b>	Leticia Cesarino	265
<b>Populismo sanitário</b>	David Magalhães/Guilherme Casarões	268
<b>Pós-verdade</b>	Ernesto Perini-Santos	271
<b>Pseudociência</b>	Joaquim Toledo Júnior	274
<b>Queer</b>	Gustavo Gomes da Costa	278
<b>Questão indígena</b>	Ana Flávia Moreira Santos/Mércia Rejane Rangel Batista	281
<b>Racismo estrutural</b>	Cibele Barbosa	286
<b>Racismo reverso</b>	Andreia Sousa de Jesus	289
<b>Reacionarismo</b>	Christian Edward C. Lynch/Paulo Henrique P. Cassimiro	291
<b>Rede Brasileira de Mulheres Cientistas</b>	Mariana M. Chaguri/Luciana F. Santana/Luciana F. Tatagiba	294
<b>Relativismo</b>	Renan Springer de Freitas	296
<b>Religião</b>	Rodrigo Tonlól	300
<b>Ressentimento</b>	Daniela Amorim Lisboa	302
<b>Revisionismos e crimes contra a História</b>	Cibele Barbosa	305
<b>Revolta da Vacina</b>	Lilla Moritz Schwarcz	309
<b>SBPC</b>	Antonio Augusto Passos Videira	312
<b>Sindemia</b>	Karina Calife	314
<b>Sleeping Giants</b>	Juliano Borges/Arthur Coelho Bezerra	317
<b>SUS</b>	Monika Dowbor/Maria Gabriela C. Godoy	320
<b>Tecnologia</b>	Bruno Cardoso	323
<b>Teorias da conspiração</b>	Simone Magalhães Brito	326
<b>Terraplanismo</b>	Ana Carolina Marsicano/Vitor Tavares Bahia	329
<b>Tortura</b>	Luciano Oliveira	332
<b>Tratamento precoce</b>	Karina Calife	335
<b>Twitter</b>	Isabele Batista Mitozo	337
<b>Universidade</b>	Maria Caraméz Carlotto	340
<b>Vacinação</b>	Marcia Thereza Couto	344
<b>Violações de Estado</b>	Diogo Lyra/Lucas Pedretti	347
<b>WhatsApp</b>	João Guilherme Bastos dos Santos	352
<b>You Tube</b>	João Guilherme Bastos dos Santos	356
<b>Zika</b>	Layla Pereira Carvalho/José Szwako	360
<b>Agradecimentos</b>		363

baseadas em saberes político-sanitários. Mas o negacionismo científico do filósofo transformou a reflexão sobre o fenômeno na reiteração de teorias conspiratórias cujos desdobramentos foram deletérios em muitos países. A aventura de Giorgio Agamben mostrou os limites de uma filosofia política que confunde a crítica da ciência com a sua negação.

### LEIA MAIS

AGAMBEN, G. *Reflexões sobre a peste: ensaios em tempos de pandemia*. Tradução: Isabella Marcatti Luisa Rabolini. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020. 46 p. (Pandemia Capital).

CHOLLET, A. Réponse à Agamben sur l'état d'exception. In: CHOLLET, A. *Blog du Centre Walras Pareto*. Lausanne, 22 de abril de 2020. Disponível em: <<https://wp.unil.ch/cwp-blog/2020/04/reponse-a-agamben-sur-letat-dexception/>>. Acesso em: 27 set. de 2021.

FRATESCHI, Y. Agamben sendo Agamben: o filósofo e a invenção da pandemia. In: RENZO, A. *Blog da Boitempo*. São Paulo, 12 de maio de 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/05/12/agamben-sendo-agamben-o-filosofo-e-a-invencao-da-pandemia/>>. Acesso em: 27 set. de 2021.

### CONFIRA

BRUNO LATOUR

FAKE NEWS

TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO

## CHINA

Marco Cepik \*

Desde o início da pandemia causada pelo covid-19, a palavra China (中国) é usada com mais frequência no Brasil. Pesquisa liderada pelo professor Wladimir Gramacho (CPS-UnB) no último quadrimestre de 2020, utilizando técnica de painel de dados on-line com uma amostra aleatória de 2.771 brasileiros, encontrou que

78,1% dos participantes já manifestavam a intenção de se vacinar. Quando a China era mencionada como país de origem da vacina, tal intenção era reduzida em 16,4%. Entre apoiadores do presidente Bolsonaro, 27% declararam muita chance de se vacinar se o imunizante tivesse relação com a China, enquanto 54% dos que se opunham a Bolsonaro declararam que se vacinariam mesmo que o imunizante fosse chinês. Quando dizem vacina, vírus ou China, o que as pessoas imaginam ou sabem?

Começo, pois, explicitando que, neste texto, falo do país cujo nome oficial é República Popular da China (中华人民共和国). Segundo o censo demográfico de 2020, lá realizado, a população da China é de 1.411.778.724 pessoas, incluindo 658 mil na Região Administrativa Especial de Macau e 7,5 milhões na Região Administrativa Especial de Hong Kong. Inclui ainda 23,5 milhões de chineses de Taiwan, que a grande maioria dos países, incluindo os Estados Unidos e o Brasil, reconhecem ser uma província da RPC a ser reunificada por via pacífica sob a fórmula “um país, dois sistemas”. Por brevidade, não comentarei sobre os chineses da diáspora (海外中国人), os mais de 50 milhões nascidos na RPC e seus descendentes que vivem em outros países, incluindo 9,3 milhões na Tailândia, 6,9 milhões na Malásia, 4,1 milhões em Cingapura, 2,8 milhões na Indonésia e mais de 5 milhões nos Estados Unidos e Canadá.

No Brasil ainda são veiculadas poucas notícias consistentes sobre economia, tecnologia e capacidades militares da China. Menos ainda sobre a sociedade e o sistema político. É como se a economia e a tecnologia funcionassem apesar dos chineses e de suas instituições. Para problematizar tal negacionismo, utilizarei como mote três postagens de perfis brasileiros na plataforma Twitter. Desconheço os autores e não sei se suas opiniões são representativas.



\* Professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Começo por algo que eu já havia escutado antes, mas nunca como metonímia para o tédio. No dia 25 de julho de 2020, @CarlaAssis22 escreveu no Twitter: “Meus dias tão parecendo chinês tudo igual” [sic]. Ora, como assim chineses todos iguais? Afinal, entre quaisquer dois indivíduos da espécie *homo sapiens* existe uma variação genética típica de 20 milhões de pares de bases (de um total de mais de três bilhões que formam nossos 23 cromossomos). A plasticidade fenotípica também é expressiva, bastando alguns segundos para identificar muitas diferenças entre duas pessoas chinesas quaisquer, ou entre duas brasileiras. Por outro lado, temos evidências cada vez mais robustas sobre a ancestralidade comum dos *sapiens* que surgiram na África há 200 ou 300 mil anos e se dispersaram pelo planeta desde 70 mil anos atrás. Portanto, além de entender as variações estatísticas de haplogrupos de DNA mitocondrial associadas com nossas andanças pelo planeta, conhecer a história sociocultural e política de diferentes populações ajudaria a superar o tédio e o preconceito.

No caso da China, a história política registrada começa por volta de 2070 antes da era atual (BCE), quando a primeira dinastia pré-imperial foi estabelecida por Yu, o Grande. Fiquemos então com um marco mais recente, a fundação da RPC em 1º de outubro de 1949. Nas décadas desde então, a sociedade chinesa realmente não pode ser caracterizada como estática. No primeiro censo, realizado em 1953, havia 582,6 milhões de chineses (22% da população mundial à época), que se tornaram um bilhão em 1982 e 1,4 bilhão em 2020 (17,9% da população mundial). Deste total, 60,6% vivem hoje em áreas urbanas, um aumento enorme comparado aos 17%, 9% de 1978. O número de cidades com mais de um milhão de habitantes na China já é maior do que a soma das cidades de mesmo porte existen-

tes na América do Norte e na Europa. As infraestruturas de transporte urbano e ao largo de quase 9,6 milhões de km<sup>2</sup> do território nacional, além das conexões terrestres, marítimas e aéreas com o resto do mundo, evidenciam a profunda e rápida transformação do país e, portanto, de sua gente.

Um enorme desafio social que a China enfrentou e venceu recentemente foi eliminar a pobreza extrema. O objetivo de construir uma sociedade “moderadamente próspera” (小康社会) foi estabelecido em 1978, no marco das Quatro Modernizações impulsionadas pelo governo Deng Xiaoping. Em 2012, ainda havia 98,9 milhões de pessoas extremamente pobres vivendo em áreas rurais. Em 2020, todas haviam superado essa condição, conforme critérios tais como renda disponível (não comprometida com a compra de alimentos), anos de escolaridade, saúde básica, aposentadoria, saneamento e habitações de ao menos 48 m<sup>2</sup>. Há conflitos na sociedade chinesa, derivados de clivagens reconhecíveis em qualquer sociedade contemporânea, geracionais, de gênero, entre regiões, grupos de interesse e visões de mundo. As desigualdades de renda e riqueza, por exemplo, não são tão acentuadas como na África do Sul, Brasil ou Estados Unidos, mas existem. Em março de 2021, segundo o Hurun Report, havia 1.058 bilionários na China (mais do que a soma dos bilionários da Índia e dos Estados Unidos), os quais controlavam uma riqueza combinada de 4,5 trilhões de dólares. Definitivamente, os chineses não são todos iguais.

Vale perguntar, então, o que os une enquanto “comunidade política”? Consulto mais uma vez a opinião de brasileiros no Twitter. No dia 9 de outubro de 2020, @Rafael Fontana escreveu: “Há 14 anos a saúde mundial está nas mãos do governo chinês, (...) uma ditadura que já matou mais de 60 milhões do seu próprio povo”. Complementando, no dia 12 de junho de

2021, @MatheusSevero2 escreveu: “Para isto o PCC adota o trabalho escravo. Lá na China se trabalha até por um prato de comida”. Hipérboles que fabulam uma China tirânica, chã, impondo seu comunismo miserável ao mundo. Na realidade, como escreveu Guimarães Rosa, “quem mói no aspro não fantaseia”.

No Capítulo I da Constituição chinesa de 1982 (emendas em 2004 e 2018), princípios gerais são explicitados. Ali se lê, por exemplo, que a RPC é uma ditadura democrática liderada pela classe trabalhadora, baseada na aliança entre o proletariado e os camponeses. Que a liderança do Partido Comunista (中国共产党) é o traço definidor do socialismo com características chinesas. Que todo o poder pertence ao povo, que o exerce por meio do Congresso Nacional do Povo (全国人民代表大会). E que o país é uma república multiétnica, que proíbe a discriminação e a opressão contra minorias e contra outros países. Princípios a um só tempo semelhantes e distintos do liberalismo, igualmente herdeiros do Humanismo e do Iluminismo, mesclados com o fundo cultural confuciano e taoísta que distingue o marxismo chinês. Como ocorre na França ou nos Estados Unidos, os 143 artigos da Constituição chinesa expressam aspirações, estabelecem parâmetros e se desdobram em estruturas políticas e administrativas complexas e adaptativas, as quais podem ser mais ou menos consistentes com as ambições constitucionais.

Superar o negacionismo a respeito da China inclui manter atitude crítica em relação ao seu sistema político. A mesma que devemos ter em relação à Austrália ou qualquer outro país. O ponto crucial é que existe razoável consenso científico acerca do nexos causal entre resultados econômicos e tecnológicos e instituições e dinâmicas sociopolíticas. E isto vale para a China também. Bastam três exemplos.

O Partido Comunista da China foi fundado em 1921. Cem anos depois, possui 95,1 milhões de membros (6,74% da população da RPC). Em 2014, mais de 22 milhões de chineses solicitaram ingressar no partido, mas apenas dois milhões foram aceitos. Para os que ingressam, ir da base ao topo é um processo longo e exigente. Os sete membros do Comitê Permanente do Politburo demoram décadas para ascender por meio de seleção e eleição, desde os comitês partidários locais em vilas, cidades e empresas até responsabilidades partidárias e governamentais provinciais e nacionais. E o PCC não é o maior partido político do mundo. Na Índia, o partido hindu de direita Bharatiya Janata (BJP), fundado em 1980, possuía 180 milhões de filiados em 2019 (13,3% da população indiana). Nos Estados Unidos, em 2020, o Partido Republicano tinha 35 milhões de eleitores registrados (10,6% da população americana). A legitimidade do PCC decorre do seu papel histórico na emancipação da China, do seu desempenho na promoção do desenvolvimento do país, bem como da capacidade de combinar coerção, autoridade e convencimento de forma efetiva, flexível e perseverante.

Embora mais de 90% da população seja etnicamente Han (汉族), a definição política de nacionalidade chinesa (中华民族) é multiétnica. Dentre os 56 grupos reconhecidos, os cinco mais populosos em 2010 eram os Zhuang (16,9 milhões), os Hui (10,5 milhões), os Manchú (10,3 milhões) e os Uigures (10 milhões). Isso se reflete institucionalmente. Por exemplo, no Congresso Nacional do Povo, formado em 2021 por 2.980 delegados eleitos (dos quais 2.095 pertencem ao Partido Comunista). Em conjunto com os 175 grupos representados na Conferência Consultiva dos Povos da China (中国人民政治协商会议全国委员会), a sessão anual do poder legislativo e as comissões permanentes



têm papel relevante na estabilização e na *definição de objetivos coletivos* (vide o 14º Plano Quinquenal 2021-2025). O poder executivo central é organizado a partir do Conselho de Estado, liderado pelo presidente da República e pelo primeiro-ministro, desdobrando-se em ministérios, agências especializadas e empresas estatais nas diversas áreas de políticas públicas.

Além dos órgãos do governo central, a China conta com mais cinco níveis de governança administrativa. O primeiro é o nível provincial, formado por 22 províncias, cinco regiões autônomas (Guangxi, Mongólia Interior, Ningxia, Tibete e Xinjiang), as duas regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau, além das quatro maiores municipalidades: Chongqing (28,8 milhões), Xangai (24,1 milhões), Pequim (21,7 milhões) e Tianjin (12,9 milhões). O segundo nível é formado por 334 prefeituras (áreas maiores do que cidades e menores do que províncias), de quatro tipos distintos. O terceiro nível desdobra-se em 2.851 cantões com oito tipos diferentes de distritos. Abaixo, o quarto nível administrativo é formado por 39.864 subdistritos de sete tipos diferentes, enquanto o quinto e mais básico nível de relação entre a sociedade e o estado é formado por 662.393 comitês residenciais e vilarejos. Note-se que a China, uma república unitária, é mais descentralizada em termos fiscais e administrativos do que a República Federativa do Brasil.

Em 2021, a distância entre a renda *per capita* nominal da China (11.819 dólares) e do Brasil (7.010 dólares) já seria motivo para rever preconceitos. No dia 9 de julho, a China havia aplicado 1,31 bilhão de doses de vacinas em seus cidadãos, enquanto o Brasil havia aplicado 95,6 milhões de doses. O governo central da China realizou gastos com Ciência e Tecnologia em 2020 na ordem de 378 bilhões de dólares. No Brasil,

o orçamento executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em 2020 foi de 1,35 bilhão de dólares. Precisamos de menos negacionismo e mais conhecimento sobre a China, para o bem do Brasil.

---

### LEIA MAIS

SANJUAN, T.; BENOIT-GUYOD, M. *Atlas de la Chine: Une grande puissance sous tension*. 3 ed. Paris: Autremont, 2015. 1 atlas monde (98 p.).

YU, J.; GUO, S. (Orgs.). *The Palgrave Handbook of Local Governments in Contemporary China*. Singapura: Springer Singapore/Palgrave Macmillan, 2019. 755 p.

WU, W.; FRAZIER, M. (Eds.). *The Sage Handbook of Contemporary China*. London: Sage Publications, 2018. v. 1-2.

---

### CONFIRA

NEGACIONISMO DEPENDENTE

PANDEMIA

SINDEMIA

---

### CINEMA

Helvécio Ratton \*

O incêndio da Cinemateca Brasileira, em chamas em 29 de julho de 2021, revelou, de forma contundente, a política de destruição do cinema brasileiro promovida pelo governo Bolsonaro. Muito além de um acidente causado por um problema no ar-condicionado, o incêndio que destruiu toneladas de documentos e cópias de filmes históricos foi visto por cineastas e ex-funcionários da Cinemateca como uma tragédia anunciada, resultado do abandono e descaso não somente com o passado de nosso audiovisual, mas também com seu presente e futuro. Para compreender o que há por trás dessa política negacionista, que despreza o valor simbólico e econômico do cinema nacional, e saber quem são seus beneficiários, é importante lembrar